



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Imunidade parlamentar

O indiciamento dos deputados federais gaúcho Marcel van Hattem (Novo, foto) e paraibano Cabo Gilberto Silva (PL), pela Polícia Federal, continua sendo um dos principais assuntos de protesto dos parlamentares na Câmara dos Deputados. Protestam contra “quebra da imunidade parlamentar”. Os congressistas de diversos partidos denunciam, “o autoritarismo e desrespeito às leis do governo, que despreza a Constituição”. Foram feitas também fortes críticas ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.



MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Transparência das obras do PAC

Uma avaliação sobre a transparência das obras que são financiadas com o novo PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, desde o seu planejamento, licitação, execução do contrato e entrega, foi feita pela coordenadora de integridade e governança pública da Transparência Internacional Brasil, Amanda Faria Lima. Ela disse em entrevista nesta quinta-feira que foram aplicados dois métodos de transparência de obras de infraestrutura.

Execução do orçamento

“A gente não tem informações e nem os documentos que permitem acompanhar a execução do orçamento, como está a obra fisicamente, se ela está sendo executada, os relatórios que atestam; então, quando vai pagar uma parcela da obra, tem que ter um relatório de medição que atesta dizendo: ‘olha, essa parte da obra foi cumprida’. A gente não tem acesso, não tem disponibilidade, não estão disponíveis essas informações”, avaliou Amanda Faria Lima.

Informações disponíveis

“É muito importante que essas informações estejam disponíveis para que a gente possa acompanhar como está sendo a sua execução, para acompanhar o investimento do dinheiro público, e isso a gente acredita que reduz os espaços para a corrupção”, acentua Amanda Faria Lima.

Critérios para escolha

Para a executiva, “falta transparência sobre quais foram os critérios para escolher aquelas obras para estarem dentro do novo PAC. Não tem informação sobre como essas obras estão alinhadas com os planejamentos”.

Potencial de impacto

Um ponto muito importante, alerta Amanda Faria Lima, “é que muitas dessas obras que estão no programa têm um potencial de impacto ambiental muito relevante”.

Licenciamento ambiental

“Outro ponto é que também não tem informações sobre o licenciamento ambiental. Há uma legislação que regula o licenciamento ambiental, que fala de disponibilizar essas informações, e não se tem essas informações sobre as obras que estão no novo PAC”, pondera.

Comissão sobre cheias no RS aprova relatório final

Documento propõe ações para enfrentamento de desastres naturais

/ SENADO

A comissão temporária externa do Senado criada para acompanhar as ações de enfrentamento às enchentes no Rio Grande do Sul aprovou nesta quinta-feira, por unanimidade, o seu relatório final.

O colegiado instalado em 7 de maio, ainda no período mais drástico da catástrofe, foi criado pelo presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e presidido pelo senador gaúcho Paulo Paim (PT). Contou com a participação dos outros dois representantes

do Estado na Casa, Hamilton Mourão (Republicanos) e Luis Carlos Heinze (PP).

“Destaco a dedicação de todos e agradeço também ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao governador Eduardo Leite, bem como a todos os prefeitos. A solidariedade, a fraternidade e o amor embasaram os trabalhos dessa comissão, e esse é o laço que mantém a sociedade coesa em prol do bem comum”, disse Paim.

O relatório aprovado tem o objetivo de encaminhar aos executivos federal e estadual e aos pode-

res Legislativos indicações de ações a serem implantadas, e conta com uma lista de sete projetos de lei com propostas voltadas ao enfrentamento de catástrofes. Entre eles, estão mecanismos mais rápidos de assistência às vítimas, programas de reconstrução e políticas nacionais de prevenção a desastres.

O documento também apontou que as enchentes afetaram 478 dos 497 municípios gaúchos, resultando em 183 mortos, 806 feridos e 27 pessoas desaparecidas. Cerca de 2,4 milhões de pessoas foram diretamente impactadas.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC



Gaúchos Luis Carlos Heinze, Paulo Paim e Hamilton Mourão e o catarinense Esperidião Amin integram colegiado

Projetos de lei encaminhados pelo colegiado:

- **PL 746/2019**, do senador Paulo Paim (PT-RS), assegura às vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes a manutenção da qualidade de segurado da Previdência Social e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência desses eventos;
- **PL 5.002/2023**, do senador Marcos Pontes (PL-SP), institui a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres, o Sistema Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres

- e o Sistema de Informações sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres;
- **PL 1.580/2024**, do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), institucionaliza medidas de auxílio quando for reconhecido estado de calamidade pública;
- **PL 1.645/2024**, do senador Hamilton Mourão (PT-RS), tipifica o furto perpetrado em meio a saqueamento de estabelecimento comercial, armazém, depósito ou similar, situado em local atingido por calamidade pública;
- **PL 1.760/2024**, do ex-senador

- Ireneu Orth (PP-RS), dispõe sobre concessão de auxílio emergencial financeiro às santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que atuam de forma complementar no SUS, afetados pelo estado de calamidade no RS;
- **PL 1.800/2024**, do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), institui a moratória de tributos federais, estaduais e municipais e das obrigações de direito privado nos municípios afetados pelas cheias;
- **PL 2.038/2024**, do senador Paulo Paim, institui a Política Nacional para Deslocados Internos.

Abin deixa de acompanhar viagens de Lula

/ GOVERNO FEDERAL

A equipe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que acompanhava as viagens nacionais e internacionais do presidente da República não executa a tarefa desde março. A alegação interna é de fal-

ta de orçamento.

O núcleo específico para segurança presidencial atuava com baixo investimento na agência até ser criado um setor chamado Inteligência de Proteção durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), sob gestão do Departamento de Operações

de Inteligência. Já na reformulação sob Lula, a equipe foi formalizada por decreto, o que a manteve sob o guarda-chuva do Departamento de Operações de Inteligência. Em meados de março, a direção da agência cortou a verba para a área e retirou as ferramentas de inteligência.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

